

CORREIO NACIONAL

POR FERNANDO MOLICA



Divulgação

Checchia destaca a simplificação nos tributos

Tributarista defende as mudanças nos impostos

Especialista em questões tributárias, o advogado Bruno Checchia, da Bichara Advogados, diz ser que pendengas judiciais que serão geradas pela reforma tributária serão bem menores do que as existentes hoje. Ele afirma ter uma avaliação positiva da Proposta de Emenda Constitucional aprovada pelo Senado. “O atual sistema é caótico, absurdo”, ressalta. Para

Checchia, uma estrutura de impostos baseada num IVA (Imposto sobre Valor Agregado), como prevê a PEC, é mais justa e transparente, tanto que adotada em diversos países do mundo. Frisa que não dá para prever se haverá aumento de impostos, até porque não se sabe qual é o tamanho da carga global tributária vigente no país: “Não há como fazer essa conta”.

Exceções 1

Checchia minimiza a discussão sobre as exceções à alíquota cheia incluídas na PEC pela Câmara e pelo Senado. A permissão para que alguns setores paguem menos impostos gera um aumento no percentual a ser cobrado de todos os que não foram considerados essenciais.

Exceções 2

Ressalta ser justo que setores como saúde e educação paguem menos para onerar o consumidor de seus serviços. Lembra que as exceções estão presentes em vários outros países, como a França, que dá benefícios para atividades culturais, um trunfo da economia local.



Lula Marques/ Agência Brasil

Senadores governistas comemoram aprovação da PEC

PEC facilita o processo de compensações de impostos

Destaca que um grande avanço trazido pela PEC é o fim da discussão sobre a incidência de créditos tributários, presente, hoje, em operações relacionadas ao pagamento de impostos — por exemplo, o lojista que, ao vender um par de tênis, pede compensação por todo o ICMS pago por cada fabricante de componentes daquele

calçado (tecido, borracha, cordões etc). Checchia lembra que, com a unificação do ICMS e ISS, o setor de serviços também terá a possibilidade de requerer créditos do imposto pago em etapas anteriores: tudo o que gerar pagamento de IVA (como a publicidade do tal par de tênis) poderá ser abatido.

Vantagem

Diz que a unificação de imposto estadual (ICMS) e do municipal (ISS) também acabará com discussões como a que busca classificar a indústria de software como produto ou como serviço. O fornecedor terá que pagar um único Imposto sobre Bens e Serviços.

Risco

Segundo ele, empresas que recolhem tributos pelo Simples poderão optar pelo sistema atual ou pelo pagamento do IVA. Há o risco, porém, que contratantes desses serviços forcem a mudança para que possam receber créditos tributários de fornecedores.

Desvantagem

Admite, porém, que a alíquota, hoje estimada em 27,5%, vai onerar atividades como escritórios de arquitetura, que consomem poucos produtos e serviços para exercer suas atividades. De um modo geral, essas empresas não têm impostos que possam ser compensados.

Shoppings

Checchia prevê dificuldades para alguns setores: shoppings que estejam prontos não poderão receber créditos de impostos referentes à construção desses imóveis. Neste caso, pagariam 27,5% do valor do aluguel recebido dos donos de lojas em seus estabelecimentos.



Agência Brasil

MPF inquiriu o governo do Amazonas a detalhar as ações de combate a incêndios

MPF pede detalhes de combate ao fogo

Governo do Amazonas tem até a próxima quarta (15) para detalhar ações contra incêndios

O Ministério Público Federal pediu à Justiça Federal que o governo do Amazonas detalhe as ações tomadas, desde 2019, para combater as queimadas e os incêndios florestais. A iniciativa ocorre após a capital Manaus sofrer com a nuvem de fumaça que cobriu a cidade, em outubro, e deteriorou a qualidade do ar. Na ação, a instituição pede que o governo apresente documentos e provas demonstrando que não houve omissão e que as medidas adotadas foram suficientes para enfrentar os fenômenos climáticos.

“No presente caso, o MPF busca a obtenção de documentos que estão em poder do ente público, cujo conhecimento

é necessário para o exercício de suas funções institucionais, especificamente na defesa do meio ambiente, a revelar a finalidade da prova, imprescindível para justificar ou evitar o ajuizamento de futura ação”, diz o pedido, apresentado na terça (7), com prazo para o governo estadual apresentar os documentos ou contestação até a quarta (15).

O MPF informou que acompanha, há dois anos, as políticas estaduais relacionadas ao desmatamento e às queimadas no Amazonas. Segundo o órgão, cabe ao governo demonstrar que essas políticas não devem levar à responsabilização do Estado “pelos danos

ambientais e climáticos derivados da poluição atmosférica que atingiu níveis alarmantes a partir do mês de outubro de 2023.” Isso inclui o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas.

No pedido, o MPF afirma que o governo estadual reconhece que a média de execução do Plano de PPCDQ 2020-2022 foi de apenas 43% e que menos da metade das ações planejadas foram devidamente executadas e que não há evidências de que as medidas adotadas para a prevenção, controle e combate às queimadas no estado foram suficientes e adequadas.

Apoio para migrantes

O Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou os termos para a adesão de municípios à Rede Nacional de Cidades Acolhedoras, para municípios interessados em participar do processo de promover a integração de migrantes, refugiados e apátridas no Brasil.

A rede funcionará como espaço de diálogo intergovernamental e colaborativo livre para sugestões, debates e proposições; e terá como objetivo o compartilhamento de subsídios técnicos, troca de experiências e aprendizados para a construção de programas e ações voltados a população migrante, refugiada e apátrida.

O fórum criará regras de funcionamento e tomada de decisões, por meio da criação de regimento interno próprio e também deverá aprovar planos de trabalho anuais, entre os municípios membros.

Como base, os integrantes da rede vão constituir a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA). “É



Governo cria rede para promover integração de migrantes

fundamental o papel das cidades na acolhida, na integração e na construção de políticas públicas para migrantes, refugiados e apátridas”, afirmou o secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Augusto de Arruda Botelho.

Segundo o documento, a participação das cidades é livre, independente de já ter atuado no acolhimento, sendo neces-

sária a assinatura do termo de adesão pelo prefeito ou secretário da pasta responsável pelo assunto. No ato de adesão, o município também indicará o representante que atuará na rede.

A portaria foi assinada durante o seminário Rede Nacional de Cidades Acolhedoras: construindo territórios de cidadania, que acontece desde quinta (9), em Brasília.

Ar-condicionado caro

Os preços do ar-condicionado subiram 6,09% no Brasil em outubro, segundo dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgados pelo IBGE. É a maior inflação do produto em três anos, desde outubro de 2020 (10,54%). Os preços haviam avançado 1,43% em setembro de 2023.

Segundo o IBGE, a carestia em outubro pode ser associada a pelo menos dois fatores: a recente onda de calor que atingiu regiões como o Sudeste e a seca histórica no Amazonas.

Na teoria, as altas temperaturas tendem a elevar a procura

pelo aparelho. Com a demanda maior, há uma pressão sobre os preços. Já a seca no Amazonas tem prejudicado o transporte de mercadorias pelos rios do estado. Os reflexos da estiagem foram sentidos por indústrias que produzem eletrodomésticos e outros equipamentos na Zona Franca de Manaus.

“Temperaturas mais quentes podem acabar influenciando os preços do ar-condicionado. Além disso, tem a questão da seca do Amazonas, que está dificultando a produção de diversas indústrias”, disse André Almeida, gerente da pesquisa do IPCA.

A inflação da máquina é calculada para 14 capitais e regiões metropolitanas. Em outubro, os preços do aparelho subiram em todos os locais. São Paulo registrou a maior alta: 10,69%. Campo Grande (9,63%) e Brasília (9,32%) vieram em seguida. Fortaleza teve a menor inflação do produto no mês passado (1,80%).

A alta da temperatura altera o rendimento de motores de aviões, eleva os custos com ar-condicionado em escritórios, prejudica setores agrícolas e represa vendas de parte do varejo.

Por Leonardo Vieceli (Folhapress)

Acusado de invadir terras indígenas é preso no PA

Como parte da Operação de Desintrusão das Terras Indígenas Apyterewa e Trincheira Bacajá, a Polícia Federal cumpriu na última sexta (10) um mandado de prisão preventiva e quatro mandados de busca e apreensão na Vila Sudoeste, zona rural de São Félix do Xingu, no Pará.

Foi preso preventivamente o presidente de uma associação, investigado pelos crimes de invasão e exploração econômica da Terra Indígena Trincheira Bacajá. Ele teria induzido e mantido os invasores das terras indígenas com a falsa promessa de regularização da área invadida, além de incitar o grupo a descumprir ordem judicial que determinava a saída da Terra Indígena.

Quanto aos mandados de busca e apreensão, foram alvo: o líder da associação e a mulher dele, o diretor/supervisor educacional e o professor de uma escola Municipal de Ensino Fundamental, instalada de forma irregular na Terra Indígena. A ação contou com o apoio da Força Nacional.

“Agora vamos verificar se ainda existe moradores, se existe gado nos locais. Havendo o esvaziamento, a gente deve começar a fazer a inutilização dessas áreas para que não haja retorno nem de gado, nem de pessoas para dentro da terra indígena”, detalhou o coordenador da operação de desintrusão, Nilton Tubino.

Inteligência artificial avança no setor jurídico

Fundada em 2016, o Sem Processo, empresa pioneira na aplicação de tecnologia à transformação de setores tradicionais da área jurídica, expandiu rapidamente suas operações para abranger todos os estados do Brasil e oferecer soluções tecnológicas que promovam uma gestão eficiente e orientada por dados no campo do direito.

A plataforma carro-chefe da lawtech, LawOp, automatiza fluxos, disponibiliza robôs e dashboards personalizados com base nas métricas de cada projeto.

O produto LawOp abrange várias frentes, desde a captura automatizada de novos processos até a automação de fluxos de levantamento de subsídios e cumprimento de obrigações, além da geração automatizada de documentos jurídicos.

Em um passo pioneiro na transformação do cenário jurídico e se mantendo aliado ao uso de inteligência artificial, o Sem Processo apresenta a plataforma Notifica + ChatGPT. Esta solução emprega a IA para otimizar o processo de envio de notificações extrajudiciais, reformulando a interação dos profissionais do direito com as demandas legais em questão de segundos.

Além disso, a empresa destaca seu compromisso com a inovação e eficiência ao introduzir o Spectter, um produto projetado para a geração de documentos jurídicos do zero, resumo e interpretação de textos, tudo isso integrado com inteligência artificial.